



## Brasil S/A

por Antonio Machado  
machado@cidadebiz.com.br

### A nação angustiada

Quando voltaremos a fazer o que amamos sem medo de adoecermos nem de infectarmos os outros? Essa é a dúvida que nos aflige desde que a pandemia começou, em fevereiro do ano passado, e só se fez agravar 14 meses depois pelo desgoverno de Jair Bolsonaro e seus acólitos.

A incapacidade de o governo transmitir esperança, garantindo doses de vacinas para ontem e para todos, não para as poucas empresas que poderão comprá-las à revelia do SUS, objetivo de lei aprovada pela Câmara, esgarça a coesão social, que sempre foi frágil, e expõe o barbarismo dos sem noção e o descaso de governantes e políticos com o bem-estar de seus constituintes independentemente de quem sejam.

A pandemia é um evento mundial, como alega Bolsonaro, vitimizando-se ao dizer que ninguém é mais criticado que ele, indiferente a que muitos governos se mostraram eficientes no controle das sequelas do vírus com lockdowns severos, não os meia-boca feitos aqui, além de contratarem vacinas quando pouco se sabia sobre a sua eficácia.

O que ele fez? Nada. Em agosto, o laboratório Pfizer ofereceu 70 milhões de doses de sua vacina, então em testes aqui, com a primeira entrega em dezembro. Não teve resposta. Negou também, até não poder mais, o imunizante do Butantan, que dizia ser a “vachina” do Doria. E caçoa de quem usa máscara, crítica o distanciamento social etc.

Do que funcionou, como o auxílio emergencial, só assumiu como seu depois que Rodrigo Maia, então presidente da Câmara, indicou ter força para aprovar o chamado orçamento de “guerra”, com a ajuda aos trabalhadores informais. Para o ministro da Economia, Paulo Guedes, teria sido de R\$ 200, seria de R\$ 500 pela Câmara, elevado a R\$ 600 para Bolsonaro aparecer bem na foto. Mas o fez com relutância.

Para ele, “o país está quebrado”. Insólito foi Guedes se espantar com o tamanho da população habilitada a receber o auxílio, cerca de 66 milhões com emprego precário, que chamou de “invisíveis”, embora sempre fossem mais de dois terços da força de trabalho do país. E impróprio foi Bolsonaro atacar as ações de lockdown moderado sob a falsa presunção de que elas, não a pandemia, provocam desemprego.

### Fórum contra injustiças

Se o presidente se sente injustiçado, terá a chance de se explicar à CPI da Pandemia, que estava engavetada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, a pretexto de não ser a hora de buscar culpados, e o ministro do STF, Luís Roberto Barroso, mandou instalar, acolhendo reclamação de senadores. Se o requerimento atende à Constituição e ao regulamento do Senado, Barroso fez o certo e agiu tecnicamente.

Pacheco é que politizara o que estava absolutamente correto, com 32 assinaturas de senadores, mais que o mínimo legal de 27, e o fez para não embarçar Bolsonaro, que o apoiou para presidir o Senado, assim como apoiara o deputado Arthur Lira, na Câmara.

Qual seu receio? “A CPI poderá, sim, ter um papel de antecipação de discussão político eleitoral de 2022, de balanço político, que é

absolutamente inapropriado para o momento”, alegou. Soaria sincero, se Bolsonaro cuidasse mais de governar que da reeleição, além das encrucas dos filhos. Lira, nesse caso, é mais franco que Pacheco.

O que a CPI tem para investigar poderá ajudar a melhorar as ações da saúde, começando por rever decisões sem evidências científicas nem baseadas nas experiências bem-sucedidas da Inglaterra, de Israel, os absurdos do general Pazuello, que fizeram do Brasil um criatório de variantes

do coronavírus. Em sua live semanal, Bolsonaro voltou a falar de medicamentos experimentais, não de esforços para arrumar mais vacinas, e a achar culpados para seu governo disfuncional.

### Governança de equivocados

A verdade é que Bolsonaro se elegeu menos por ele que pela revolta de parte da sociedade, alimentada pela criminalização da política, em especial do ex-presidente Lula, pelos agentes da Lava-Jato, com a ajuda da imprensa. E é o que ele renegou que trouxe de volta — o cambalacho com caciques dos partidos fisiológicos, seus parceiros nos 28 anos passados na Câmara como deputado inexpressivo.

A governança do Estado excedeu a sua aptidão tanto política quanto administrativa, experiência que nunca teve, afora criar conflitos — precisamente o que disse não precisarmos, ao se referir à CPI.

“O Brasil está sofrendo demais, e o que nós menos precisamos é de conflito”, se queixou. Ele acabara se sair de longas reuniões, na quinta-feira, para desatar o nó que ele e Guedes permitiram que o Congresso criasse ao inflar o dinheiro dos projetos parciais dos parlamentares, chamados de emendas, à custa do gasto com rubricas cuja despesa é obrigatória, como aposentadorias e verbas sociais.

A pandemia foi o inesperado que aguçou o que já estava ruim, com o crescimento estagnado e o anacronismo da gestão do Estado — ambos agravados pela inabilidade gerencial da pasta da Economia, inchada com o Planejamento, Trabalho, Previdência, Indústria e Comércio Exterior, e a utopia da ortodoxia liberal num país com uma maioria de pobres, sem empuxo industrial, desigualdades regionais etc.

### Modelo econômico em causa

O que começa a despontar não é bem a hora da verdade de Bolsonaro, mas a difícil discussão sobre que modelo econômico importa para dar tração ao desenvolvimento perdido ao longo dos últimos 40 anos.

No fundo, parte do establishment político e empresarial, aliada à burocracia do Estado, manifesta exaustão com um sistema fiscal que se desestruturou por má governança mais que pelo gasto em si, dando margem para alocações gravosas, decisões perdulárias em proveito da própria máquina pública e uma cadeia de comando disforme, desconexa dos propósitos de servir à sociedade que lhes provê o sustento.

Não há dúvida de que a prioridade do crescimento é consensual. Não tão certo é se o liberalismo antiquado de Guedes e o keynesianismo tosco dos ministros e políticos insatisfeitos com as omissões e os conflitos sem causa do presidente sejam a solução. O momento é de discussão e decisão. Se não para agora, para o que poderá ser depois de 2022.

### IMPOSTO DE RENDA /

Ao contribuinte que pensa em tomar um empréstimo bancário equivalente ao valor da restituição, especialistas recomendam avaliar se há necessidade de contrair a dívida e verificar as condições do contrato

# Cautela ao negociar a antecipação do IR

Marcello Casal Jr./Agência Brasil



De acordo com a Receita, restituições serão feitas entre maio e setembro

» FERNANDA STRICKLAND\*

Se não houver mudança no prazo final (leia nota ao lado), os contribuintes têm até 30 de abril para entregar a declaração do Imposto de Renda 2021. Conforme o calendário definido pela Receita Federal, a restituição para aqueles que têm imposto a receber ocorrerá entre maio e setembro. Com a perspectiva de contar com uma renda adicional decorrente do ajuste com o Fisco, muitos brasileiros consideram a possibilidade de antecipar a restituição do IR, mediante a negociação de empréstimo com instituições financeiras.

Segundo o educador financeiro autônomo Ruda Lins, os bancos tendem a facilitar bastante a antecipação, com a oferta dessa modalidade de crédito nos aplicativos oficiais. Mas ele recomenda atenção ao consumidor. “É necessário checar as exigências do banco selecionado. É mais uma opção de crédito para as pessoas que estão precisando, mas deve-se observar os juros que serão pagos e fazer a comparação com outras opções disponíveis no mercado”, recomenda.

Laurin Tomazi, consultora tributária da Falavinha Soluções Empresariais, aconselha o contribuinte a procurar diretamente instituições que oferecem a antecipação. “O contador não será o meio que a pessoa deverá buscar para realizar a antecipação da

restituição do Imposto de Renda”, afirma. Segundo ela, o dono da declaração que deve considerar três critérios antes de negociar com o banco. “Verificar se a declaração não possui nenhum tipo de vício; analisar se necessita do crédito no momento; e procurar a melhor taxa do mercado antes de fechar o contrato”, enumera.

### Bancos

Na praça, os bancos oferecem antecipar 100% do valor a ser restituído no Imposto de Renda 2021. As contratações podem ocorrer sem necessidade de ir às agências, por meio dos aplicativos das instituições ou pelo internet banking.

No Banco do Brasil, é possível negociar o valor integral de suas restituições, até o limite de R\$ 20 mil por cliente. O pagamento é feito no momento em que a Receita Federal depositar o crédito na conta do contribuinte ou no vencimento do contrato, em janeiro de 2022, se essa data ocorrer primeiro. Os juros cobrados são a partir de 1,43% ao mês, e o valor vai depender do perfil do cliente e do canal de contratação: agências, terminais de autoatendimento, aplicativo ou internet.

O Santander oferece linha de crédito com taxas a partir de 1,69% ao mês, que também variam conforme o perfil do cliente. É possível antecipar o valor total

### » Prazo de entrega pode mudar

O prazo de entrega da declaração do Imposto de Renda 2021 está sob apreciação do Congresso Nacional. Na terça-feira passada, o Senado Federal aprovou a data de 31 de julho como o último dia para entrega da declaração. Como os senadores alteraram a proposta encaminhada pela Câmara, onde teve início a tramitação, o projeto de lei voltou para análise dos deputados. O Senado manteve o cronograma da restituição definido pela Receita Federal. Assim, o primeiro lote deve ser liberado em 31 de maio.

a ser restituído, por meio de solicitação pelo app Santander; pelo internet banking; pela central de atendimento; ou pessoalmente, nas agências. Uma vez atendidos os critérios, o dinheiro é liberado no mesmo dia.

No Itaú Unibanco, as taxas são de 1,73% ao mês. Além de antecipar a restituição do Imposto de Renda, é possível receber o 13º salário, desde que o pedido seja feito antes de 31 de outubro, com juros a partir de 1,67% ao mês. O pagamento ocorre em parcela única, de acordo com as condições de cada linha.

\*Estagiária sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

## Imóvel rural: cadastro digitalizado

Os donos de imóveis rurais não precisarão mais ir a uma unidade de atendimento da Receita Federal para atualizarem ou cadastrarem a propriedade. O procedimento poderá ser concluído diretamente no Centro Virtual de Atendimento da Receita (e-CAC), informa Agência Brasil.

Agora, todos os documentos pedidos pela Receita Federal para validar o cadastro rural podem ser enviados digitalmente pelo e-CAC. Segundo o Ministério da Economia, a medida faz parte do Plano de Ação da Receita Federal no cenário pós-pandemia e contribui para a digitalização dos serviços públicos.

Os documentos serão enviados ao e-CAC por meio de Dossiê Digital de Atendimento. Caso sejam necessários novos documentos, eles deverão ser apresentados por meio da juntada de documentos, disponível na aba “Meus Processos”. Esclarecimentos adicionais e a confirmação de que o cadastro foi concluído passarão a ser efetuados eletronicamente.

Todos os imóveis rurais precisam ser inscritos no Cadastro de Imóveis Rurais (Cafir), mesmo os que têm imunidade ou isenção de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Administrado pela Receita Federal, o Cafir lista os titulares, os condôminos e copossuidores das propriedades rurais.

Além do Cafir, os imóveis rurais são registrados no Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (Cnir), que integra dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O envio eletrônico de documentos está disponível para quem inicia o processo pelos dois cadastros. Tanto quem usa o Sistema Cnir como quem usa o Sistema Coletor Web, associado ao Cafir e administrado pela Receita Federal, poderá concluir o processo pelo e-CAC.

## PO NEWS

EDIÇÃO Nº 791 | ANO 46

Boletim informativo das Organizações PauloOctavio

11 DE ABRIL DE 2021 | BRASÍLIA/DF



## ASA NORTE

PAULOCTAVIO DOA SINALIZAÇÃO DE PARQUE

**Repetindo o sucesso da parceria público-privada adotada no Parque do Cortado**, em Taguatinga, e na Escola Classe JK, no Sol Nascente, a PauloOctavio adotou o Parque Ecológico Olhos D'Água, na Asa Norte, e vai doar o bicicletário e 52 placas de sinalização da área.

**Esta é a segunda ação da empresa no local.** Em setembro de 2019, a PauloOctavio foi uma das parceiras das obras no espaço, realizando, sem custos, a revitalização do piso da praça central e a recuperação do calçamento intertravado das rampas para deficientes físicos.

**A inauguração da nova sinalização e do bicicletário será no dia 21 de abril** e integra as comemorações do 61º aniversário de Brasília. Para o empresário Paulo Octávio, a parceria entre os setores público e privado é uma necessidade dos tempos atuais. “A integração é fundamental para recuperar os parques da cidade”.